

O PROCESSO DE *REDUÇÃO ESTRUTURAL* DO PATRIMONIALISMO DURANTE O SEGUNDO REINADO NOS CONTOS “TEORIA DO MEDALHÃO” E “FULANO”, DE MACHADO DE ASSIS

Rafael Lucas Santos da Silva (UEM)¹

Resumo: Com base nas reflexões analíticas de Antonio Candido (1918-2017), especialmente no que se refere ao processo a que ele denominou de *redução estrutural*, procurou-se construir uma análise para demonstrar como a coerência interna das narrativas dos contos “Teoria do medalhão” (1882) e “Fulano” (1884), de Machado de Assis (1839-1908), são constituídas a partir da redução estrutural do Estado patrimonialista e do estamento-burocrático, conforme estudados por Raymundo Faoro (1925-2003) no livro “Os Donos do Poder”.

Palavras-chave: Literatura Brasileira; Machado de Assis; Redução Estrutural; Patrimonialismo no Segundo Reinado.

Alguns pressupostos

Escritor durante cinco decênios, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) foi arguto em expor e refletir os meandros da história social e política do II Reinado (1840-1889), cifrando em sua obra literária interesses escusos de proprietários, manipulações políticas, preconceitos e mazelas do conjunto da vida brasileira em variados aspectos de seus conflitos históricos. Desde o início de sua carreira, Machado de Assis considerou de extrema importância que os escritores estivessem atentos aos acontecimentos políticos de sua sociedade, como consta em crítica de 1858: “a literatura não pode ser perfeitamente um culto, um dogma intelectual, e o literato não pode aspirar a uma existência independente, mas sim tornar-se um homem social [...]” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 787-788).

No que tange especificamente à história política, Gledson (1991) considera que é um tópico que ficou a desejar ao longo da recepção crítica da obra machadiana, visto que poucos foram os críticos que decidiram se aprofundar nessa relação. A respeito do repertório político das ficções machadianas, Gledson (1991) assinalou que o interesse do autor de *A mão e a luva* pela política nunca foi negado pelos seus críticos, “mas com bastante frequência esse interesse tem sido encarado como acidental e negativo, revelado em histórias e incidentes isolados, ou nos

¹ Mestrando na área de Estudos Literários, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Possui Graduação em Letras Português/Espanhol e Respectivas Literaturas na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Foz do Iguaçu. Contato: i3rafael@hotmail.com.

romances, em personalidades individuais que são objeto de sátira” (GLEDSON, 1991, p. 86).

Tal enunciado estimulou a produção deste estudo, pois Gledson (1991) evidenciava a ainda atual necessidade de relacionar a obra ficcional machadiana com a história política brasileira. A questão que se impôs foi, obviamente, qual aspecto político? Pelo fato de acreditarmos na utilidade heurística dos estudos do jurista Raymundo Faoro (1925-2003) para explicar boa parte dos conflitos políticos, econômicos e sociais ocorridos durante o II Reinado (embora seus conceitos e análises não esgotem essa realidade social), nos propomos, portanto, a ampliar o diálogo entre a produção literária machadiana de contos e a cultura política patrimonialista do II Reinado (1840-1889), tendo por base as categorias de dominação política, Estado patrimonial e estamento-burocrático, conforme utilizadas por Faoro na obra *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (1984).

Por conseguinte, a rigor, o desdobramento de nossa análise surgiu, em grande medida, por termos eleito como paradigma metodológico a proposta de Candido a respeito da redução estrutural:

Na verdade, o que interessa à análise literária é saber qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra — isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou *redução estrutural dos dados externos* (CANDIDO, 1993, p. 33, grifo nosso).

Dessa maneira, a nossa hipótese de leitura é de que a coerência interna da narrativa dos contos *Teoria do medalhão* (1882) e *Fulano* (1884) é constituída a partir da *redução estrutural* da cultura política patrimonialista presente durante o II Reinado. Esse período do II Reinado, compreendido entre 1840 e 1889, é investigado detalhadamente por Raymundo Faoro em três capítulos de *Os donos do poder*, respectivamente *O sistema político do Segundo Reinado*, *A direção da economia no Segundo Reinado* e *O renascimento liberal e a República*.

Os engodos da base estrutural do Estado patrimonialista e do quadro administrativo estamental-burocrático

Ao utilizar o conceito de “patrimonialismo” na análise da formação histórico-política do Brasil, Faoro (1984) reduziu o papel do senhoreado rural, pois considerava que é o estamento-burocrático que dirige a sociedade, a partir das funções institucionalizadas. Assim, a publicação de *Os Donos do poder* aprofundou o debate das ciências sociais a respeito das relações entre sociedade civil e Estado e da presença da lógica privada na esfera pública.

Com efeito, o ponto nodal de sua interpretação consistiu em demonstrar que uma particularidade do trajeto histórico da nação brasileira é que o Estado e sua estrutura de poder não correspondem nem representam a sociedade por estar alicerçado na forma de dominação patrimonial, caracterizada pela presença de um estamento-burocrático cujo eixo de poder está no controle da minoria dirigente do sistema político-administrativo das funções institucionais, concretizando um comportamento cada vez mais distante de uma burocracia de tipo racional-legal.

Conforme Faoro, somente o capitalismo politicamente orientado é “compatível com a organização política estamental, sempre gradativamente burocrática, ajusta a si o direito, limita a ideologia econômica, expande-se em monopólios, privilégios e concessões” (FAORO, 1984, p. 67). A configuração do estamento afasta-se, pois, da absorção do poder pela economia, e até opõe-se insistentemente contra a incolumidade das liberdades do comércio, pelo aprisionamento das atividades econômicas, devido a acentuar, cada vez mais que possível, o papel interventor e diretor do Estado:

O patrimonialismo, organização política básica, fecha-se sobre si próprio com o estamento, de caráter marcadamente burocrático. Burocracia não no sentido moderno, como aparelhamento racional, mas da apropriação do cargo — o cargo carregado de poder próprio, articulado com o príncipe, sem a anulação da esfera própria da competência. (FAORO, 1984, p. 84).

Assim, esse ingresso no estamento ocorre, principalmente, a partir do cargo público, posto que este congrega, reúne e domina a economia. Como muito bem percebeu Faoro (1984), no século XIX se instaurou uma “apaixonada caça ao emprego público” (FAORO, 1984, p. 390), o que é, com efeito, “a primeira consequência, a mais visível, da ordem burocrática, aristocrática no ápice” (FAORO, 1984, p. 390), do estamento. Significativamente para Faoro (1984) o cargo público equivale-se ao poder

da honra social, uma vez que o cargo público nobilita, "oferece o poder e a glória, só ele eleva, branqueia e decora o nome" (FAORO, 1984, p. 390).

O arguto esforço de Machado de Assis em problematizar a cultura política do II Reinado

Ambos os contos que compõe o corpus de análise do presente trabalho foram publicados no decênio de 1880. *Teoria do medalhão* pertence à coletânea intitulada *Papéis avulsos*, que foi publicada em 1882, enquanto o conto *Fulano* pertence à coletânea *Histórias sem data*, de 1884. Partimos do pressuposto de que o universo imaginário dos contos possui uma organicidade, com visões de mundo que apontam para horizontes análogos, cuja ressonância intertextual pauta-se no desejo da conquista do prestígio sociopolítico.

Ambos os contos possuem uma ação unívoca. *Teoria do medalhão* consiste em um diálogo entre um pai e seu filho, esta última personagem é conhecida como Janjão, enquanto o pai não é nomeado nenhuma vez ao decorrer do diálogo; enquanto *Fulano* focaliza a abertura do testamento de seu protagonista, Fulano Beltrão, a partir da perspectiva de um amigo, não nomeado, que vai em direção ao juízo da provedoria. A questão nevrálgica do primeiro é, a rigor, a intenção do pai que, ao dialogar com o seu filho Janjão, o ensina a teoria para exercer o ofício de medalhão. A teoria exposta pelo pai consiste, pois, em estratégias e perspectivas de ação para que o percurso trilhado pelo filho na vida pública lhe possibilite a conquista de prestígio e ascensão social, culminando em grande notabilidade pública. Ser medalhão será, justamente, alcançar uma prestigiosa notabilidade pública, que fará o filho Janjão se levantar "acima da obscuridade comum" (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Depreende-se do discurso do pai o que Faoro (2001) considerou "o temor da obscuridade, o abismo da obscuridade um dos motivos-chave de Machado" (FAORO, 2001, p. 542) para construção de suas personagens. Por sua vez, no conto *Fulano*, temos a exposição pelo narrador de como o protagonista, Fulano Beltrão, conquistou prestígio sociopolítico durante o período de 1863 a 1884 devido às relações pessoais, com intimidade em diferentes círculos sociais, o que só pôde ocorrer em uma sociedade estamental que se baseia em honras sociais.

O narrador revela que, antes do ano de 1863, Fulano Beltrão ainda não possuía prestígio sociopolítico:

Porque até então era um homem muito metido consigo, reservado, morando no caminho do Jardim Botânico, para onde ia de ônibus ou de mula. Tinha a mulher e o filho vivos, a filha solteira, com treze anos. Foi nesse ano que ele começou a ocupar-se com outras coisas, além da família, revelando um espírito universal e generoso. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 436).

A data de ruptura de comportamento também é importante. De fato, Caldeira (1999) expõe que exatamente no auge do II Reinado, no decênio de 1850, “tornou-se objetivo da política econômica impedir a capitalização do mercado livre. Para isso, foi necessário estatizar o sistema financeiro e aumentar o gasto público” (CALDEIRA, 1999, p. 385). Tal incidência corrobora a base estrutural do Estado patrimonialista advogado por Faoro (1984) e, ainda por cima, nos faz concluir que foi por essa frustração que Fulano Beltrano decidiu mudar de comportamento.

De igual modo, é importante a menção às datas no conto *Teoria do medalhão*. Após o término do jantar, o pai em efusiva alegria pela comemoração da maioridade de seu filho Janjão evoca a partilha do tempo transcorrido até esse dia: “Há vinte e um anos, no dia 5 de agosto de 1854, vinhas tu à luz, um pirralho de nada, e está homem, longos bigodes, alguns namoros...” (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 288). Assim, adquirimos conhecimento da marcação histórica do conto, pois se Janjão comemora 21 anos, significa que este diálogo entre ambos se faz no ano de 1876.

O decênio em que Janjão veio à luz é o mesmo em que a interpretação histórico-sociológica de Faoro (1984) constatou ocorrer o auge da centralização imperial das atividades político-administrativas. É, pois, ao fim do decênio de 1850 em que a política dá as mãos ao dinheiro, permitindo que o patrimonialismo e o estamento atinjam o clímax, com a centralização, o monarquismo sem contestações, a sociedade dominada pelo Estado, uma vez que:

A intervenção do governo não se circunscreve às finanças e ao crédito. Ao contrário, desse centro ela se irradia sobre todas as atividades, comerciais, industriais e de melhoramentos públicos. O Estado

autoriza o funcionamento das sociedades anônimas, contrata com os bancos, outorga privilégios, concede estradas de ferro e portos, assegura fornecimentos e garante juros. (FAORO, 1984, p. 434).

Por aí começamos a notar como o Estado patrimonial e estamental-burocrático pode ser compreendido na própria análise imanente dos contos *Teoria do medalhão e Fulano*. O pai de Janjão possui experiências pautadas em observações empíricas, o que significa que a falta de qualquer menção a serviços no mercado em seus conselhos, para o filho alçar-se acima da obscuridade, está intimamente atrelada à manifestação social do decênio de 1850, cuja importância é a expansão do poder no quadro de atribuições concentradas no estamento. Faoro (1984) alega que a partir desse decênio aumenta rigorosamente a oposição do Estado contra a liberdade do indivíduo e a liberdade das atividades econômicas. Um dos resultados dessa centralização governamental consiste no fato de que “os talentosos, cobiçosos do mando, se engastam na máquina política, trocando a agricultura e o comércio, a aventura industrial, pelo emprego público, que dá a glória e o poder” (FAORO, 1984, 329).

Fulano Beltrão começa a frequentar a sociedade, a deixar de ser um casmurro, a deixar de ser um bicho do mato. Realmente, o narrador revela que:

No fim de três anos, ou menos, entrara o meu amigo nas cogitações públicas; o nome dele era lembrado, mesmo quando nenhum sucesso recente vinha sugerir-lo, e não só lembrado como adjetivado. Já se lhe notava a ausência em alguns lugares. Já o iam buscar para outros. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 438).

Ingressando-se cada vez mais no estamento, e assim se elevando na hierarquia, Fulano Beltrão decidiu até participar da política, tentando obter o cargo de Deputado. Muito curioso é o fato narrado sobre essa decisão. Vejam como Fulano Beltrão incorporou a ideologia da moralidade pessoal:

Foi em março ou abril de 1868 que ele declarou aderir à situação, não à socapa, mas estrepitosamente [...]. Viu-se na câmara vibrando um aparte, ou inclinado sobre a balaústra, em conversa com o presidente do conselho, que sorria para ele, numa intimidade grave de governo. E aí é que a galeria, na exata acepção do termo, tinha de o contemplar. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 269).

Assim, a dinâmica patrimonial exacerbou práticas clientelares, que fortaleciam e reproduziam as ligações sociais e econômicas no exercício de cargos técnicos ligados à estrutura burocrática do Estado.

Finalmente, temos a abertura e leitura do testamento de Fulano Beltrão. Com um cerimonial muito bonito, é lido que Fulano Beltrão deixa alguns nomes de amigos como legados de herança, além da filha, algumas caridades, e principalmente deixa dinheiro:

Para servir de começo a uma subscrição pública destinada a erigir uma estátua a Pedro Álvares Cabral. “Cabral, diz ali o testamento, não pode ser olvidado dos brasileiros, foi o precursor do nosso império”. Recomenda que a estátua seja de bronze, com quatro medalhões no pedestal, a saber, o retrato do bispo Coutinho, presidente da constituinte, o de Gonzaga, chefe da conjuração mineira, e o de dois cidadãos da presente geração “notáveis por seu patriotismo e liberalidade” à escolha da comissão, que ele mesmo nomeou para levar a empresa a cabo. (MACHADO DE ASSIS, 1994, p. 440).

O conto termina com o narrador declarando que o justo seria que figurasse num dos medalhões do pedestal da estátua o retrato de Fulano Beltrão. Vê-se, em princípio, o enorme prestígio especial no modo como o narrador trata Fulano Beltrão. Além disso, todavia, o leitor mais astucioso se indagará: afinal como Fulano Beltrão não será um dos retratos no medalhão se foi ele mesmo que nomeou a comissão para levar a cabo a realização da estátua? Ainda por cima: se é uma sociedade permeada pelo sistema de relações pessoais, é claro que esta nomeação é uma patronagem, e que, portanto, ficaram em débito com Fulano Beltrão, escolhendo-o obviamente para ser um medalhão. Pois “os medalhões, as pessoas, não foram feitos para essas leis que igualam e tornam os indivíduos meros recipientes, sem história, relações pessoais” (DAMATTA, 1997, p. 236). Vale notar que não se trata de um êxito econômico, levando-nos a inferir que o Estado patrimonialista e o estamento-burocrático são o princípio organizativo da estrutura do conto. Campante (2003) expõe que para Faoro o estamento-burocrático tem origem no patrimonialismo e reforça-o; o autor esclarece de forma iluminadora essa camada organizada que para Faoro se define politicamente por suas relações com o Estado:

O instrumento de poder do estamento é o controle patrimonialista do Estado, traduzido em um Estado centralizador e administrado em prol da camada político-social que lhe infunde vida. Imbuído de uma racionalidade pré-moderna, o patrimonialismo é intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a distinção entre as esferas pública e privada. Em uma sociedade patrimonialista, em que o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, lato sensu, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal. O distanciamento do Estado dos interesses da nação reflete o distanciamento do estamento dos interesses do restante da sociedade. (CAMPANTE, 2003, p. 151-155).

Acreditamos que o comportamento humano subjacente aos conselhos do pai de Janjão e ao próprio comportamento de Fulano Beltrão representam a lógica do processo histórico-social do perfil patrimonial e estamental-burocrático da sociedade brasileira. Como vimos, para os personagens dos dois contos, o feliz gozo de uma futura existência em que se possui notabilidade pública está, sem dúvida, subordinada à estrutura burocrática do Estado. É conhecida a presença da distribuição de privilégios e favores governamentais no Estado brasileiro, de modo que posições e cargos são indistintamente explorados a fim de se extrair benesses pessoais.

O processo de ingresso nessa cultura política patrimonialista é delineada pelos contos *Teoria do medalhão* e *Fulano*. A necessidade de não refletir, de não cultivar ideias próprias, é tão importante nos contos, que Janjão e Fulano Beltrão precisam estar profundamente inclinados a adaptarem-se às condutas fixadas normativamente pela sociedade. A significação da estratégia de autopublicidade é, primeiramente, a excepcional condição de criar uma *persona social*, permitindo que o nome de Janjão e Fulano Beltrão penetre em grupos distintos da sociedade, acarretando em referência, que num processo evolutivo fará que sempre seja lembrado nos diálogos cotidianos. Vimos que o estamento conjuga valores e convenções homogêneas, e quem pretende nele ingressar precisa modelar os próprios ideais ao dele, com estrita submissão. Assim sendo, endossamos o fato de que a necessidade de Janjão e Fulano Beltrão coordenarem a própria conduta pelos valores da opinião pública está fundada na lógica da honra social do estamento brasileiro, e que assim ocorre a redução estrutural destes processos histórico-sociais para estruturar a coerência interna dos contos *Teoria do medalhão* e *Fulano*.

Faoro (1984) alega que por esse fato do Estado estar acima da sociedade, ele possui completamente o controle popular; e assim o estamento, como camada dirigente, impõe aos indivíduos suas decisões políticas, seus valores. Com isso, “incorpora as gerações necessárias ao seu serviço, valorizando pedagógica e autoritariamente a reserva para seus quadros, cooptando-os, com a marca de seu cunho tradicional” (Faoro, 1984, p. 743). Os personagens Janjão e Fulano Beltrão são esses indivíduos cooptados pelo estamento. Todo o esforço deles é, na realidade, a tentativa de demonstrar que possui esses mesmos valores e estilo de vida que lhe são fixados pelo estamento, a fim de angariar um cargo público, posto que “o cargo público, a velha realidade do estamento, será o único foco do poder, poder que dá prestígio, enobrece, propicia e legitima a riqueza” (FAORO, 1984, p. 310).

Daí poder-se concluir que ambos os contos permitem visualizar um estilo político em que o poder é arbitrário, originado por uma tradição que trata a coisa pública como privada, dificultando boas relações a nível entre Estado e sociedade, por estabelecer uma cultura política patrimonialista que persiste em favorecer as relações pessoais.

“Questão preme de questões, que nos levariam longe...”

Com o nosso empreendimento analítico, esperamos ter indicado a riqueza e o vigor expressivo dos contos *Teoria do medalhão* e *Fulano*. Pretendeu-se, também, demonstrar e ampliar as possibilidades de análise do texto literário machadiano a partir do instrumental teórico da cultura política, e em especial do patrimonialismo e estamento-burocrático, evidenciando a utilidade heurística dos estudos de Faoro para explicar boa parte dos conflitos sociais do II Reinado, embora seus conceitos e análises não esgotem a realidade social. Em *Dialética da malandragem*, Candido (1993) ao concluir sua interpretação do romance *Memória de um sargento de milícias* afirma que este é, com efeito, um romance “profundamente social, pois, não por ser documentário, mas [...] sobretudo porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária” (CANDIDO, 1993, p. 45). Destas mesmas palavras poderíamos lançar mão, pois, para nos referir aos contos *Teoria do medalhão* e *Fulano*: profundamente social mesmo que não aluda

mecanicamente a sociedade brasileira: pois o diálogo entre Janjão e seu pai e as condutas de Fulano Beltrão são, com efeito, profundamente sociais uma vez que possui em seu núcleo estético, dando-lhe coerência na forma literária, um elemento histórico sociologicamente fundamental à configuração político-social brasileira; o perfil patrimonial e estamental-burocrático do Estado brasileiro. Ao ponderarmos tais elementos como reduzidos estruturalmente para tomar corpo internamente como fator estético, certamente acreditamos que ambos foram “manipulados a fim de se tornarem aspectos de uma organização estética regida pelas próprias leis” (CANDIDO, 1993, p.09).

Referências

CANDIDO, Antonio. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1993.

CALDEIRA, Jorge. O agônico relógio das delícias. In: __. *A nação mercantilista*. São Paulo: Ed. 34, 1999, p. 367-391.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. *O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira*. *Revista Dados* [online], IESP/UERJ, 2003, vol.46, n.1, p.153-193. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 de jun. 2018.

DAMATTA, Roberto. Sabe com que está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: __. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, p. 179-248.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. Porto Alegre: Globo, 1984.

____. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Globo, 2001.

GLEDSO, John. *Machado de Assis: impostura e realismo. Uma reinterpretação de Dom Casmurro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria de. *Obra Completa*. 3 volumes. Organização de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.